

Relatório do Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar

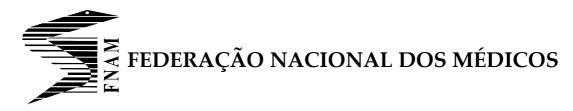
APRECIAÇÃO DA FNAM

Salvaguardando propostas e comentários que consubstanciam verdades conhecidas, aparentemente retiradas de um dos vários livros ou manuais de gestão e melhoria qualificativa, não se comprova neste Relatório, qualquer evidência de carácter prático e verdadeiramente transformador (o titulo do trabalho – Relatório é da responsabilidade dos autores e da Tutela).

De facto, para além de uma razoável organização descritiva de problemas conhecidos e fragilidades há muito referidas dos Hospitais, não encontramos propostas de real transformação e perspectivação do Futuro Hospitalar. Além de tudo poder-se-á inferir propostas e intenções indefinidas, passíveis de várias interpretações e por consequência vários formatos, que em vez de detalharem aspectos positivos, poderão sustentar medidas de carácter prejudicial ao funcionamento e futuro dos Hospitais de Portugal e do SNS

O carácter da situação Global, nomeadamente referente à instabilidade financeira e económica, a necessidade de contenção de custos e verdadeira gestão da eficiência, do rigor, com diminuição do desperdício não está em causa; a questão coloca-se no âmbito das propostas efectivas e na generalidade da "praxis", e das suas consequências para o futuro da Saúde e do SNS.

Não nos parece que grande parte das propostas, estejam em consonância com as atitudes e procedimentos últimos do Governo, nomeadamente quando não cumpre anteriores acordos e compromissos, como é o exemplo flagrante dos ACT dos médicos.



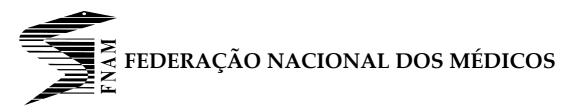
A análise dos custos da saúde e dos hospitais, parecerá, insuficiente, nomeadamente quando não especifica a natureza e variabilidade dos custos das PPPs e o alcance de um futuro hipotecado e insolvente!

A sustentabilidade do SNS, passa pela sustentabilidade, pelo reforço e a aposta nos Recursos Humanos, nomeadamente nos médicos, não na precarização do emprego e diminuição salarial e de incentivos. O investimento nos profissionais é a grande chave da riqueza empresarial e é neste ponto que o Governo tem dado os mais negativos sinais e intenções. Não se melhora o SNS, com precarização do emprego, diminuição salarial e desincentivação do trabalho, nomeadamente pelo pagamento indigno, de trabalho duro e esforçado, como o que se realiza nas Horas Extraordinárias!

Os indicadores da Saúde em Portugal, tem mostrado uma diminuição da sua valorização. Reportando-nos ao *Relatório*, poderemos salientar que as propostas de aumento de acessibilidade e melhoria das listas de espera, se confrontam com um desastre assumido de aumento de demora da realização de exames, altamente prejudicial para os doentes, particularmente quando se fala de oncologia e urgência em geral. Os últimos procedimentos e orientações governamentais, apenas vieram aumentar a ineficácia e os tempos de espera!

As propostas de reestruturação hospitalar serão bem vindas se justas, se dignificantes, se envolvidas na conjuntura nacional de reformulação do SNS para melhor, se sustentadas em protocolos de optimização geral e não alicerçadas em visões míopes e afuniladas. A reestruturação deverá envolver os hospitais e todas as Unidades de Saúde assim como as perspectivas de formação académica. A sustentabilidade, é intrínseca ao emprego e não será de certeza a minorização dos hospitais, a sua indiferenciação, a sua desertificação com diminuição cega dos postos de trabalho, a proletarização dos médicos e simultânea protecção da saúde privada à custa da pública, que sustentará um melhor SNS.

São bem vindas todas as propostas de rigor e transparência, todos os procedimentos de melhoria da informação aos profissionais e doentes; é absolutamente



necessária a partilha das decisões, da tão apregoada gestão participada, tanto pelos médicos como pelos doentes.

As Tecnologias de Informação, deverão de facto ser amigáveis, transversais, eficazes, transparentes e a sua aquisição deverá ser também transparente, sem adversidades periféricas e criticáveis.

- "Aprofundar a Parceria Estratégica", não está rigorosamente definido e não se entende este parágrafo e o seu real significado! Será a sustentação de parcerias com maior fragmentação e fragilização do SNS e Orçamento do Estado, como as PPPs ?

A intenção de promover consultas de especialidades hospitalares e "Triar" fora das urgências, são propostas avulsas, não definidas e sem materialidade, que podem condicionar Unidades retrocessos e esvaziar as próprias de Saúde! "contratualização" de cirurgias, falhou e falha redondamente na actualidade, não se especifica qual o novo formato, mas a realidade demonstra o aumento, como referido das listas de espera! Da mesma maneira, não se compreende, como "Adequar a contratualização de Consultas e de Cirurgias à respectiva Procura", situação de aparente liberdade de escolha, que pode constituir, ainda maior assimetria no acesso e maior iniquidade. Da mesma maneira, apenas entendemos que "Optimização do funcionamento do SIGIC", deverá ser realizada com aproveitamento das capacidades instaladas nos Hospitais Públicos e de facto não aproveitadas, com grande desperdício de meios, nomeadamente referente aos Recursos Humanos, incluídos os Cirurgiões e Recursos Operatórios; é demagógico quando se propala depois, a falta de números de cirurgias!

A "Racionalização dos pedidos de MCDT", conduziu nos últimos meses à ao aumento perigoso da demora de realização e acessibilidade, com possíveis catástrofes, em casos de doença maligna ou urgente.

Acerca do "Ajustamento dos Quadros de Pessoal dos Hospitais em função das necessidades da Procura de Cuidados", não se faz qualquer caracterização, não se refere às eventuais medidas da mobilidade ou outras, deixando à imaginação, qualquer



tipo de formato possível, apenas salientando "Promover a Mobilidade dos Profissionais de Saúde; quais os critérios que poderemos esperar, de acordo com as últimas posturas Governamentais? Será que poderemos acalentar esperanças da "Criação de novo Regime Remuneratório", sustentado em critérios de justiça?

Novas Políticas do Medicamento serão bem vindas se sustentadas em rigor e qualidade, se englobadas e estabelecidas de acordo com outros procedimentos de verdadeira melhoria e rigor.

Concordamos com a necessidade de "Alterar o Modelo de Governação dos Hospitais, concordamos com a "selecção dos membros do CA com base em critérios de competência", situação de que não existe até agora prova, pois os critérios são francamente relacionados com a cor e escolha partidária. Concordamos ainda e rigorosamente, com a "Avaliação do Desempenho dos membros do CA", mas e aonde está o mais importante, os critérios e formatos de avaliação, o compromisso e o rigor?

O esforço para "Simplificar a Organização Interna e a Estrutura Organizativa", assim como "Desenhar um Programa de Optimização, customizado para cada hospital" seria meritório, se não traduzisse apenas uma proposta vaga e sem qualquer consistência prática.

Este Relatório, apenas promove meras intenções, sem qualquer medida prática, sem definições, sem critérios e mais uma vez sem compromisso e credibilidade Política.

Coimbra, 31/12/2011

A Comissão Executiva da FNAM